



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Especialidade de Direito Penal

### 1. Nome da Unidade curricular:

Direito Processual Penal III

### 2. Informação Complementar:

Duração: Semestral  Anual   
Horas de Trabalho: 196  
Créditos ECTS: 7

### 3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Morão (2h semanais)

### 4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

-

### 5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Objectivos da unidade curricular (e relação com os conteúdos programáticos e métodos de ensino)  
Conhecer sistemática e aprofundadamente o estado da arte e os problemas fundamentais do Direito Processual Penal dos Recursos, desenvolver o pensamento crítico e a aptidão argumentativa sobre estes temas e adquirir competências de resolução de casos e de investigação e teorização autónomas.  
Por esta razão, os conteúdos programáticos incidem sobre os principais pontos dilemáticos dos Recursos em Processo Penal e são discutidos científica e dialogadamente, de acordo com uma metodologia de desconstrução e reconstrução racional de critérios dogmáticos de solução de hipóteses complexas, com ampla utilização de jurisprudência.

### 6. Conteúdos programáticos:

Recursos em Processo Penal  
1. Constituição e direito fundamental ao recurso em processo penal;  
2. A legitimidade para recorrer numa perspectiva constitucional;  
3. A recorribilidade à luz da Constituição;  
4. Direito fundamental ao recurso, decisão de recurso e poderes de cognição, substituição e cassação do tribunal ad quem.

### 7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

V., supra, 5.

### 8. Metodologias de ensino:

V., supra, 5.

### 9. Avaliação:

Avaliação: participação oral: 50%; prova escrita de avaliação final: 50%.

### 10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

V., supra, 5.

### 11. Bibliografia principal:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 4.ª ed., Lisboa, 2011;  
ANTUNES, Maria João, Direito Processual Penal, 4.ª ed., Coimbra, 2022;  
APRILE, Ercole, Appello, Ricorso per Cassazione e Revisione, Milão, 2013;  
EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, Guide on Article 6 of the European Convention of Human Rights – Right to a fair trial (criminal limb), 2022, disponível em [www.echr.coe.int](http://www.echr.coe.int);  
CAMPBELL, Liz, ASHWORTH, Andrew, e REDMAYNE, Mike, The Criminal Process, 5.ª ed., Oxford, 2019;  
FANEGO, Coral Arangüena, “The Right to a Double Degree of Jurisdiction in Criminal Offences (Art. 2 P7)”, in Javier Garc Roca e Pablo Santolaya (org.), Europe of Rights – A Compendium on the European Convention of Human Rights, Leiden/Boston, 2012, pp. 167-176;  
GASPAR, António da Silva Henriques, CABRAL, José António Henriques dos Santos, COSTA, Eduardo Maia, MENDES, António Jorge de Oliveira, MADEIRA, António Pereira e GRAÇA, António Pires Henriques da, Código de Processo Penal Comentado, 3.ª ed., Coimbra, 2021;  
HUMAN RIGHTS COMMITTEE, General Comment No. 32 – Article 14: Right to Equality before Courts and Tribunals and to Fair Trial, 2007, disponível em [www.ohchr.org](http://www.ohchr.org);  
LOYOLA, Enrique Letelier, El Derecho Fundamental al Recurso en el Proceso Penal, Barcelona, 2013;  
MARSHALL, Peter D., “A comparative analysis of the right to appeal”, Duke Journal of Comparative & International Law, vol. 22, 2011, pp. 1-46;  
MORÃO, Helena, “O fundamento constitucional do poder funcional de recurso e a legitimidade para recorrer do Ministério Público em Processo Penal – A propósito do Acórdão n.º 361/2016 do Tribunal Constitucional”, Revista do Ministério Público, n.º 147, 2016, pp. 177-190;  
- “Da delimitação subjectiva do direito ao recurso em matéria penal – Fundamento e legitimidade para recorrer”, Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais, n.º 5, 2017, pp. 9-32;  
- “‘Whenever yet was your appeal denied?’ – Sobre o direito do arguido ao recurso de decisões de recurso”, Revista do Ministério Público, n.º 158, 2019, pp. 37-50;  
- “Sem apelo nem agravo – Sobre o direito ao recurso em matéria de facto em caso de primeira condenação em segunda instância”, Revista do Ministério Público, n.º 159, 2019, pp. 155-167;  
- “Pela renovação da renovação da prova”, Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais, n.º 12, 2020; pp. 171-195;  
- “Reformando o recurso em processo penal”, in Paulo Pinto de Albuquerque, Rui Cardoso e Sónia Moura (org.), Corrupção em Portugal – Avaliação legislativa e propostas de reforma, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2021, pp. 655-663;  
- “Um não julgamento de inconstitucionalidade em julgamento – Acerca da jurisprudência constitucional sobre o direito ao recurso de primeiras condenações em segunda instância em pena não privativa da liberdade”, Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais, n.º 13, 2021, pp. 79-93;  
- “A revista penal em revista”, a Revista, n.º 2, 2022, pp. 137-149, em acesso aberto em <https://arevista.stj.pt/>  
MORÃO, Helena, e MELIM, Mafalda Moura (org.), Direito Processual Penal dos Recursos – Jurisprudência Seleccionada, 2.ª ed., Lisboa, 2022;  
MORÃO, Helena, e SILVA, Ricardo Tavares da (org.), (org.), Fairness in Criminal Appeal – A critical and interdisciplinary analysis of the ECtHR case-law, Springer, 2023, Cham;  
ROXIN, Claus, e SCHÜNEMANN, Bernd, Strafverfahrensrecht – Ein Studienbuch, 29.ª ed., Munique, 2017;  
SILVA, Germano Marques da, Direito Processual Penal Português – Do procedimento (Marcha do processo), 3.º vol., Lisboa, 2014;  
THAMAN, Stephen C., “Appeal and cassation in Continental European criminal justice systems: guarantees of factual accuracy, or vehicles for administrative control?”, in Darryl K. Brown, Jenia I. Turner e Bettina Weisser (org.), The Oxford Handbook of Criminal Process, Oxford, 2019, pp. 937-959.

## 12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

**NOTA:** este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.